




Maria Bethânia Alves de FREITAS\*

 <https://orcid.org/0000-0001-5031-1008>

Mikael de Souza OLIVEIRA\*\*

 <https://orcid.org/0000-0002-3982-2672>

Ivana Maria Esteves MACIEL\*\*\*

 <https://orcid.org/0000-0003-1332-746X>

Recebido em: 11 de fevereiro de 2021

Aprovado em: 20 de maio de 2021

**ADESÃO À VACINA CONTRA A COVID 19 PELA COMUNIDADE  
ACADÊMICA DO UNIFUNEC****COVID 19 VACCINE ACCEPTABILITY BY THE ACADEMIC  
COMMUNITY AT UNIFUNEC****RESUMO**

O novo coronavírus trouxe a maior emergência de saúde pública que a comunidade internacional enfrentou em décadas, promovendo inúmeras dúvidas e incertezas quanto ao seu surgimento, suas formas de interação no corpo humano e tratamentos eficazes que viabilizem seu combate e prevenção. Nesse contexto, os mais recentes avanços nas pesquisas científicas vêm objetivando encontrar vacinas que sejam eficazes na prevenção à COVID-19 (*Corona Virus Disease 2019*), tendo em vista a vacinação como um dos maiores avanços da ciência moderna, permitindo a prevenção de mais casos da doença e morte precoce do que qualquer tratamento. Nada obstante à importância da vacinação no combate ao novo coronavírus, grupos midiáticos ativos, notícias falsas (*"fake news"*) e teorias não científicas fortaleceram o aparecimento de argumentos antivacinação no cenário brasileiro. Considerando que um dos maiores desafios do processo vacinal pode ser a adesão da população a esta medida preventiva, o presente artigo possui o objetivo de analisar a adesão da comunidade acadêmica do UNIFUNEC (professores, alunos e funcionários de todos os níveis) à vacinação contra o novo coronavírus. Tratando-se de pesquisa quantitativa, no referido percurso metodológico, utilizou-se como material e método questionário construído no GOOGLE FORMS, constando de perguntas de identificação do grupo dentro da comunidade acadêmica do UNIFUNEC, idade, sexo, escolaridade, com o fim de identificar se esses indivíduos tomariam a vacina ou não, apontando as respectivas razões. Como resultados, foi possível constatar que a comunidade acadêmica do UNIFUNEC irá aderir à imunização induzida pela vacina com 81,6%, pela proteção, eficiência e segurança pretendidas.

**Descritores:** Coronavírus. Vacina. Comunidade acadêmica. Imunização.**ABSTRACT**

The new coronavirus (COVID-19) resulted in the greatest public health emergency that the international community has seen in decades, posing countless questions and uncertainties regarding its urgency, forms of interaction in the human body, and effective treatments that make its management and prevention possible. In this context, the latest advances in scientific research have been seeking vaccines that are effective to prevent COVID-19 (*Corona Virus Disease 2019*), bearing in mind vaccination as one of the greatest advances in modern science, preventing more cases of infection and early death better than any other treatment. Notwithstanding the importance of vaccination in the fight against the new coronavirus, active media groups and false news (*"Fake News"*), as well as non-scientific theories that empower the emergence of anti-vaccination arguments in the Brazilian scenario. Considering that one of the greatest challenges of the vaccination process might be the population acceptability to this preventive measure, this article aims at analyzing the new coronavirus vaccine acceptability by the UNIFUNEC academic community (teachers, students, and employees of all levels). It is a quantitative research, for its methodological path, the present research used the GOOGLE FORMS build-in questionnaire method, consisting of questions for group identification at UNIFUNEC academic community such as age, gender, and education, to identify whether those individuals would take the vaccine or not, and their justifications. As a result, it was possible to verify that UNIFUNEC academic community complies with the induced vaccination by 81% due to protection, effectiveness, and safety desired.

**Descriptors:** Coronavirus. Vaccine. Academic community. Immunization.

\* Graduanda em Odontologia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP - Unifunec, e-mail: mariabethania2@hotmail.com

\*\* Graduando em Odontologia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP - Unifunec, e-mail: souzamikael17@gmail.com

\*\*\* Mestre, Docente do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP - Unifunec, e-mail: imemaciel@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, República Popular da China, iniciou-se um surto de pneumonia causado por um novo coronavírus: o SARS-COV-2. Rapidamente, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que, devido ao rápido crescimento de casos na China e em outros países, o referido surto de pneumonia passou a ser caracterizado como uma “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)”<sup>1</sup>. Em fevereiro desse mesmo ano, em referência ao tipo de vírus e ao ano de início da epidemia, passou a ser chamado de *Corona virus disease – 2019*<sup>2</sup>.

Em nível global, a OMS declarou uma emergência de saúde pública de interesse internacional no final de janeiro de 2020, quando as infecções se espalhavam rapidamente na China<sup>3</sup>.

Nesse sentido, transformando-se rapidamente em uma pandemia, o SARS-CoV-2 causa inúmeros sintomas aos indivíduos acometidos, os quais podem ser leves e inespecíficos, incluindo febre, tosse, falta de ar, dores musculares e cansaço ou podem ser mais graves com o acometimento de pneumonia grave, síndrome do desconforto respiratório agudo, sepse e sepse choque, que podem levar à morte<sup>3</sup>. Sua transmissão ocorre por meio de gotículas respiratórias e sua incubação estimada no corpo humano possui período de 2 a 14 dias, mas pode ser mais longa.

Há que se falar, ainda, que o surto da Covid-19 causou grave perturbação socioeconômica global, impactando, negativamente, a economia, a indústria, às sociedades e as comunidades, acarretando o adiamento e cancelamento de atividades esportivas, eventos religiosos, políticos e culturais e gerando uma escassez generalizada de suprimentos exacerbada pela compra de pânico<sup>3</sup>. Ademais, uma série de mudanças de comportamentos e estilo de vida humanos também foram evidenciadas, afetando diversos aspectos e segmentos na organização social do mundo, tais como: economia, educação, lazer e, sobretudo, saúde.

Com o objetivo de encontrar tratamentos de prevenção eficazes, cientistas do mundo inteiro mobilizaram-se para estudar possíveis e eficazes medicações, tratamentos e medidas de imunização contra o novo vírus, centrando seus esforços na busca por uma vacina eficaz e segura, para que, de maneira gradual, as populações pudessem retornar às suas atividades cotidianas em segurança.

Com a rápida expansão científica na busca pelo desenvolvimento de uma imunização adequada aos indivíduos contra a COVID-19, diversas vacinas foram desenvolvidas, levantando

à discussão sobre a obrigatoriedade da vacinação para os cidadãos brasileiros. Nesse contexto, portanto, visando avaliar esta problemática de forma local, o presente artigo possui o objetivo de analisar a adesão da comunidade acadêmica do UNIFUNEC (professores, alunos e funcionários de todos os níveis) à vacinação contra o novo coronavírus.

No percurso metodológico, a presente pesquisa utilizou como material e método um questionário construído no GOOGLE FORMS, constando de perguntas de identificação do grupo dentro da comunidade acadêmica do UNIFUNEC, idade, sexo, escolaridade, com o fim de identificar se esses indivíduos tomariam a vacina ou não, apontando as respectivas razões.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A PANDEMIA DA COVID-19 E SEU IMPACTO GLOBAL

A pandemia da COVID-19 (2019-2020), até o dia 02 de fevereiro de 2021, resultou em, aproximadamente, 2.236.454 de mortes em todo o planeta. Foram 103.377.424 os casos de pessoas infectadas no mundo, das quais, somente no Brasil, os casos de infecção ultrapassaram a média de 9.204.731, com um quantitativo de 224.504 mortes no país<sup>4</sup>.

No que se refere ao impacto global socioeconômico de uma pandemia como a Covid-19, afirmam que este acontecimento é capaz de gerar um efeito dominó em toda a sociedade, vislumbrando-se aumentos nos preços dos bens e consumos, nas *commodities*, nos estoques de empresas de alimentos, nos preços de energia, nos valores de medicamentos, nas despesas de empresas farmacêuticas para encontrarem uma vacina e, em qualquer medida, das coisas<sup>5</sup>.

Corroborando com essa afirmação, a pandemia da COVID-19, de fato, impactou todos os setores da economia, sendo possível afirmar que os países com economias orientadas a serviços foram os mais afetados e sofreram maiores efeitos no emprego<sup>6</sup>.

No Brasil, repercussões das mais diversas foram sentidas, não somente na economia, mas em todos os setores da sociedade. De acordo com o IBGE, o isolamento social provocado pela pandemia deixou 9,7 milhões de trabalhadores sem remuneração em maio de 2020. Esses dados referem-se a mais da metade (51,3%) das pessoas que estavam distantes de seus trabalhos e a 11,7% da população ocupada do país, que totalizava 84,4 milhões<sup>7</sup>.

Ainda, segundo o IBGE, o país alcançou a marca de 28,6 milhões de pessoas que almejavam um emprego, mas enfrentaram dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, seja por falta de vagas ou receio de contrair o novo corona vírus<sup>7</sup>.

Há que se falar, ainda, nos impactos psicológicos causados aos indivíduos durante o surto da COVID-19. Relataram que os efeitos psicológicos apresentados são negativos, incluindo sintomas de estresse pós-traumático, confusão e raiva<sup>8</sup>. Os elementos estressores mais informados na pesquisa foram: o maior tempo de duração da quarentena, o medo de contrair a infecção e/ou de transmiti-la, o sentimento de frustração, tédio e de isolamento, o suprimento inadequado de itens (alimentares e médicos), as informações inadequadas oferecidas para a população, a perda financeira e o estigma e rejeição sofridos pelos indivíduos que contraíram a patologia. Tais impactos são amplos, substanciais e podem ser duradouros, segundo os autores<sup>8</sup>.

Durante as pandemias, como o mundo enfrenta uma paralisação ou desaceleração das atividades diárias, os indivíduos são estimulados a implementarem o distanciamento social para diminuir as interações entre as pessoas e, conseqüentemente, diminuir a possibilidade de novas infecções, os profissionais de saúde costumam ir na direção oposta<sup>9</sup>. Esses fatores podem resultar em diferentes níveis de pressão psicológica, que podem desencadear sentimentos de solidão e desamparo ou uma série de estados emocionais disfóricos, como estresse, irritabilidade, fadiga física e mental e desespero.

Deve-se mencionar, ainda, que a sobrecarga de trabalho e os sintomas relacionados ao estresse tornam os profissionais de saúde especialmente vulneráveis ao sofrimento psíquico, o que aumenta a chance de desenvolverem transtornos psiquiátricos<sup>9</sup>.

## 2.2 AS INTERVENÇÕES NÃO FARMACOLÓGICAS NO COMBATE À COVID-19

No dia 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde (MS) decretou “Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional” (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus, caracterizando essa nova patologia como emergência em saúde pública, já que, no Brasil, o registro do seu primeiro caso ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, tendo havido, desde então, um crescimento exponencial ao longo dos meses<sup>10</sup>.

No contexto da COVID-19, no qual a população ainda não apresenta imunidade prévia, não havendo nenhuma vacina eficaz e disponível, observou-se o exponencial crescimento do número de casos no mundo inteiro. Nesse cenário incerto, as Intervenções Não Farmacológicas (INF) foram indicadas. O referido autor explica que tais intervenções objetivam a inibição da transmissão do vírus entre humanos, acarretando o desaceleramento da propagação da doença e, provavelmente, o achatamento da curva epidêmica<sup>11</sup>.

Baseando seus estudos na experiência do surto de influenza a H1N1 de 2009, subdividiu as INF em dois grupos distintos: um onde as intervenções são recomendadas para todo o tempo e o outro grupo, para uso somente durante o período de pandemia<sup>12</sup>.

Anderson (2020) relatou que as INF incluem a quarentena voluntária, a quarentena obrigatória, a interrupção de reuniões em massa, o fechamento de institutos educacionais ou locais de trabalho onde a infecção foi identificada e o isolamento de famílias, vilas ou cidades<sup>13</sup>. Ainda segundo o autor, o comportamento individual é crucial para controlar a propagação da COVID-19 e o autoisolamento precoce, associado a um aconselhamento médico remoto (salvo o aparecimento de sintomas mais graves) com o efetivo distanciamento social pareciam ser a chave do sucesso para mitigar os danos da epidemia<sup>13</sup>.

Outras estratégias também eram indicadas, como: redução do tempo entre o início dos sintomas e do isolamento, redução da transmissão doméstica, apoio ao tratamento e ao diagnóstico domiciliar, formas para lidar com a situação econômica devido à ausência do trabalho, rastreamento dos contatos na fase inicial do surto, dar suporte à infraestrutura de assistência à saúde e de procedimentos efetivos para proteger a equipe de trabalho contra a infecção<sup>13</sup>.

O isolamento e a quarentena fazem parte das INF, colaborando com a proteção do público em geral, pois enquanto o isolamento evidencia o impedimento da exposição de pessoas que têm ou podem ter alguma doença contagiosa, sobretudo porque separa pessoas contaminadas das pessoas que não estão acometidas, a quarentena separa e restringe o movimento de pessoas expostas a uma doença contagiosa para investigar se estão efetivamente doentes<sup>14</sup>.

Nada obstante à importância da adesão das Intervenções Não Farmacológicas (INF) durante o surto do novo coronavírus, tais medidas não são suficientes para o real combate da doença, acarretando inúmeras consequências que se apresentam, em certa medida, como maléficas quando comparadas com outros meios de intervenção – como é o caso da vacinação<sup>13</sup>.

Ademais, as condições que estimulam a proliferação da Covid-19 também aumentam a disseminação de outras doenças infecciosas, algumas das quais podem ser prevenidas com vacinas. Em outras palavras, fatores como densidade populacional, organização do espaço urbano e condições sanitárias precárias influenciam, diretamente, tanto as ações de imunização quanto as medidas de contenção da pandemia, sendo essencial que a vacinação seja o método de tratamento utilizado para o combate a doenças infecciosas<sup>15</sup>.

## 2.3 A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA O TRATAMENTO EFICAZ CONTRA A COVID – 19

Criada pelo médico britânico Edward Jenner, em 1796, a primeira vacina do planeta foi desenvolvida para prevenir a varíola, constatando que inocular o material de uma lesão poderia proteger o organismo contra uma infecção subsequente, dando início a uma nova era na história da saúde mundial. Um século depois, novas vacinas foram desenvolvidas com impacto relevante na ocorrência de um grande número de doenças infecciosas, muitas delas já erradicadas, havendo um pujante efeito coletivo no alcance da alta cobertura vacinal, tornando-se evidente a importância da vacinação compulsória de todos os indivíduos e em todas as culturas mundiais<sup>16</sup>.

Compreendendo a importância da vacinação para a população brasileira, o Programa Nacional de Imunizações (PNI - Programa Nacional de Imunizações), criado em 1973 e institucionalizado em 1975, fortaleceu a regulação e coordenação do Estado brasileiro das ações de vacinação em nível nacional. Desde então, o PNI oferece vacinas gratuitas e universais e estabelece o Calendário Nacional de Vacinas, considerado um dos mais extensos do mundo<sup>17</sup>.

O objetivo do PNI é conquistar sustentabilidade ao longo do tempo, investindo na produção de vacinas e ganhando autonomia financeira com recursos públicos, o que é garantido pela lei. O aumento progressivo nas taxas de aplicação da vacina ao longo de quatro décadas consolidou o PNI como uma política estadual (não uma política governamental) e promoveu a equidade em saúde, reconhecendo-o como um programa respeitado nacional e internacionalmente<sup>17</sup>.

Nada obstante, com a globalização do acesso à informação, ocorre um descompasso entre conhecimento e vulnerabilidade emocional, levando ao surgimento de oportunistas que se valem de “notícias falsas” para reverberar situações antigas e já definidas que parecem novas para muitos, levando, novamente, ao início de alguns debates. Os atuais desafios científicos, políticos e éticos enfrentados ao lidar com a recusa de vacinar foram relatados nas décadas anteriores<sup>16</sup>. A questão levantada é o equilíbrio entre a vacinação obrigatória e coerciva. É razoável impor a vacinação obrigatória?

No Brasil, a vacinação contra varíola foi declarada obrigatória para crianças em 1837 e para adultos em 1846. No entanto, essa resolução não foi cumprida, até porque a produção de vacinas em escala industrial no Rio só teve início em 1884. Em junho de 1904, Oswaldo Cruz motivou o governo a enviar ao Congresso um projeto pelo qual a vacinação obrigatória seria estabelecida em todo o território nacional<sup>18</sup>.

Apenas os indivíduos que comprovassem estar vacinados teriam condições de ter vínculo empregatício, autorização de viagem, matrícula em escola etc. Mesmo com o crescente número de casos de varíola no Rio de Janeiro, parte da população rejeitou a vacina, considerada líquida de as pústulas de vacas doentes, e corria o boato de que as pessoas vacinadas desenvolveriam características de bovino<sup>18</sup>. A eficácia da medida foi demonstrada com a erradicação da doença, mostrando que altas taxas de vacinação levam à proteção de toda a comunidade.

Em seguida, foi criada a Liga Anti-Vacinação. Reuniu a agitação política e a recusa da vacina em um episódio conhecido como “Levante da Vacina”, em que ocorreram vários conflitos, com a luta entre forças militares e insurgentes. Após um saldo total de 945 pessoas presas, 461 deportadas, 110 feridas e 30 mortas em menos de duas semanas de conflito, o presidente Rodrigues Alves foi forçado a desistir da vacinação obrigatória. Posteriormente, em 1908, quando a cidade foi atingida pela mais violenta epidemia de varíola de sua história, as pessoas correram para se vacinar, em sentido contrário ao episódio do Levante da Vacina<sup>16</sup>.

No atual contexto, considerando a importância da vacinação no combate de doenças, sobretudo no que se refere à rápida disseminação da COVID-19 em todos os continentes do mundo, instou-se uma emergência de saúde pública de interesse internacional, a qual elevou as preocupações ao nível mais alto de alarme nos países, fazendo com que as recomendações da OMS se voltassem ao desenvolvimento acelerado de vacinas, terapias e diagnósticos<sup>17</sup>.

A pandemia da COVID-19 tem repercussões e impactos globais não apenas biomédicos e epidemiológicos, mas também sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos, sem precedentes na história recente das epidemias. Portanto, um plano nacional de vacinação obrigatória é essencial para o sucesso do combate à doença, independentemente dos instrumentos ou fontes de recursos utilizados para a compra de todos os tipos de vacinas que estarão disponíveis no país<sup>17</sup>.

Nada obstante, os movimentos antivacinação encontram-se presentes no decorrer da história humana, sendo tão antigos quanto a própria vacinação, havendo, constantemente, levantes e argumentos antivacinação no cenário mundial<sup>19</sup>. No Brasil, grupos midiáticos ativos, notícias falsas (“fake news”) e teorias não científicas fortaleceram o aparecimento deste movimento.

Considerando que um dos maiores desafios do tratamento vacinal pode ser a adesão da população a esta medida preventiva, este trabalho visou analisar a adesão da comunidade acadêmica do UNIFUNEC à vacinação contra a Covid 19, quando esta estiver disponível, conforme se verá no próximo tópico.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referido estudo se configura em uma abordagem quantitativa, a qual utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário utilizando o aplicativo *Google Forms*. As perguntas do questionário referiam-se à identificação do grupo dentro da comunidade acadêmica do UNIFUNEC, com dados relativos à idade, sexo, escolaridade e questionamento principal, o qual interroga se o indivíduo tomaria a vacina ou não, apresentando suas respectivas razões. Os referidos formulários foram encaminhados aos participantes através de grupos de WhatsApp de alunos, professores e funcionários do UNIFUNEC, por período de dez dias.

No que se refere à comunidade acadêmica, faz-se mister salientar que sua composição engloba funcionários, alunos e professores, dos quais 1.500 são alunos e 334 são funcionários e professores, constituindo a comunidade acadêmica do UNIFUNEC que é de 1834 indivíduos.

Tendo em vista a composição da comunidade acadêmica do UNIFUNEC ser composta por 1834 indivíduos, a amostra dos 340 questionários respondidos apresenta-se com nível de confiança 2 e erro aproximado de 5%<sup>20</sup>.

Ademais, considerando a importância de se comprovar a representatividade do questionário em tela, por meio de cálculos estatísticos, foi possível comprovar que a pesquisa representa a população selecionada. A fórmula utilizada foi a seguinte:  $n = N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p) / Z^2$ .

Do cálculo efetivado, constatou-se que a quantidade de respondentes necessários para tornar o questionário representativo, com nível de confiança 2 e erro aproximado de 5%, seria de 318. Desse modo, a pesquisa torna-se efetivamente representativa, de acordo com a análise estatística desenvolvida. Acredita-se que neste estudo houve uma perda amostral de 5%.

Só se inicia uma pesquisa se houver uma dúvida, uma pergunta e quando se deseja procurar uma resposta para essa pergunta<sup>21</sup>. Nesse sentido, o conhecimento científico surge a partir da determinação de um objetivo e da demonstração de um método para essa investigação. No presente caso, o principal objetivo dessa pesquisa é analisar a adesão da comunidade acadêmica do UNIFUNEC à vacinação contra a Covid 19, quando esta estiver disponível.

Os procedimentos metodológicos adotados, que melhor se aplicam a esta pesquisa, dado o seu objetivo, estão descritos a seguir. Quanto à abordagem, caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, focada na representatividade numérica e estatística<sup>21</sup>, a qual, segundo Terence e Escrivão Filho “[...] permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente”<sup>22</sup>.



Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, porque busca descrever os dados analisados. Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de coleta de dados em levantamento (*web Survey*).

A pesquisa com *survey* pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características, ações ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um instrumento de pesquisa, usualmente um questionário<sup>23</sup>.

Com o crescimento constante de novas tecnologias, não seria conveniente nem prática a pesquisa via telefone ou por correspondência. Com o advento da Internet e o seu poder de alcance “[...] e o crescimento na disponibilidade de softwares específicos e de web hosts para questionários e base de dados, fazem do ambiente online um meio promissor para a pesquisa”<sup>24</sup>.

#### 4 RESULTADOS ENCONTRADOS

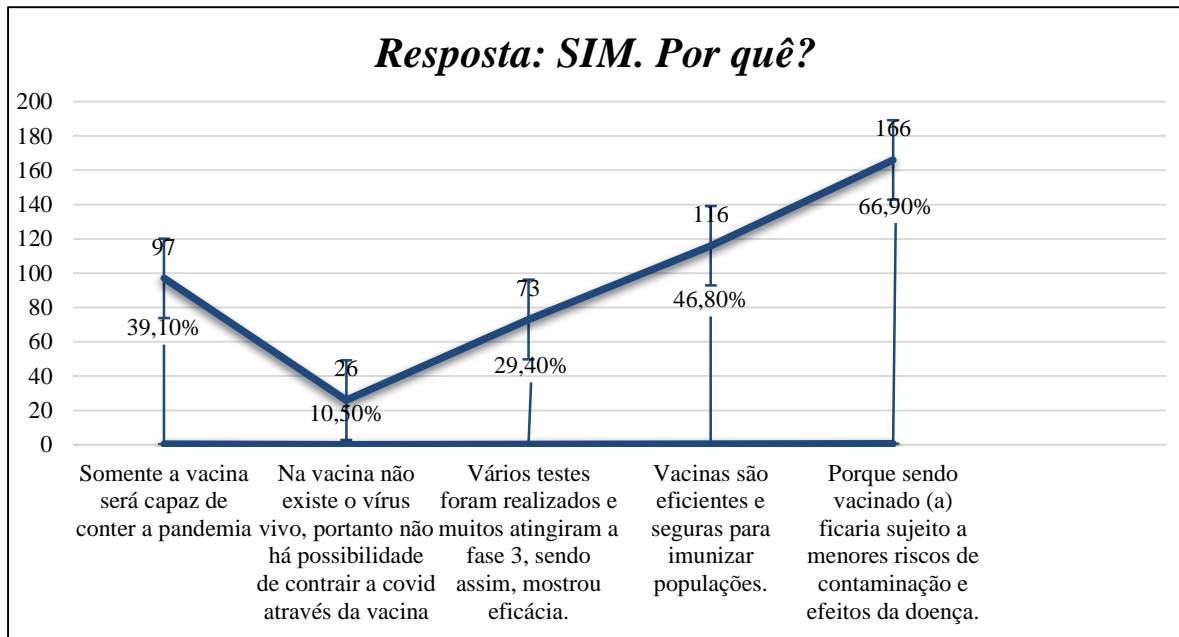
A utilização de questionário estruturado permite um alcance maior de pessoas por meio de uma padronização de respostas e interpretações. Marconi & Lakatos definem o questionário estruturado como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”<sup>25</sup>.

Foi respondido um total de 340 questionários, dos quais, 220 eram alunos, 24 funcionários e 60 professores, coordenadores e reitores. Destes, 215 eram do sexo feminino em contrapartida a 89 do sexo masculino, com uma média de idade de 29,5 anos, tendo em vista 64% da população do estudo estar entre 18 e 27 anos.

Ao que diz respeito ao grau de escolaridade da população do estudo, tem-se que 43,4% possuíam ensino superior incompleto; 15,5%, ensino médio completo; 10,2%, ensino superior completo, 8,2%, mestrado, 6,9%, doutorado; 4,6%, pós-graduação incompleta; 3,6%, especialização e 7,6%, outros.

Da análise dos resultados dos questionários, faz-se mister apresentar os resultados no Gráfico 1, no qual 248 (72,94%) respondentes, quando questionados se tomariam ou não a vacina, apresentaram a resposta sim. Destes, 116 (66,9%) afirmaram que tomariam porque “sendo vacinado ficaria sujeito a menores riscos de contaminação e efeitos da doença”, enquanto 116 (48,6%) responderam que “vacinas são eficientes e seguras para imunizar populações”, em contrapartida à (97) 39,1% que afirmaram que “somente a vacina será capaz de conter a pandemia”.

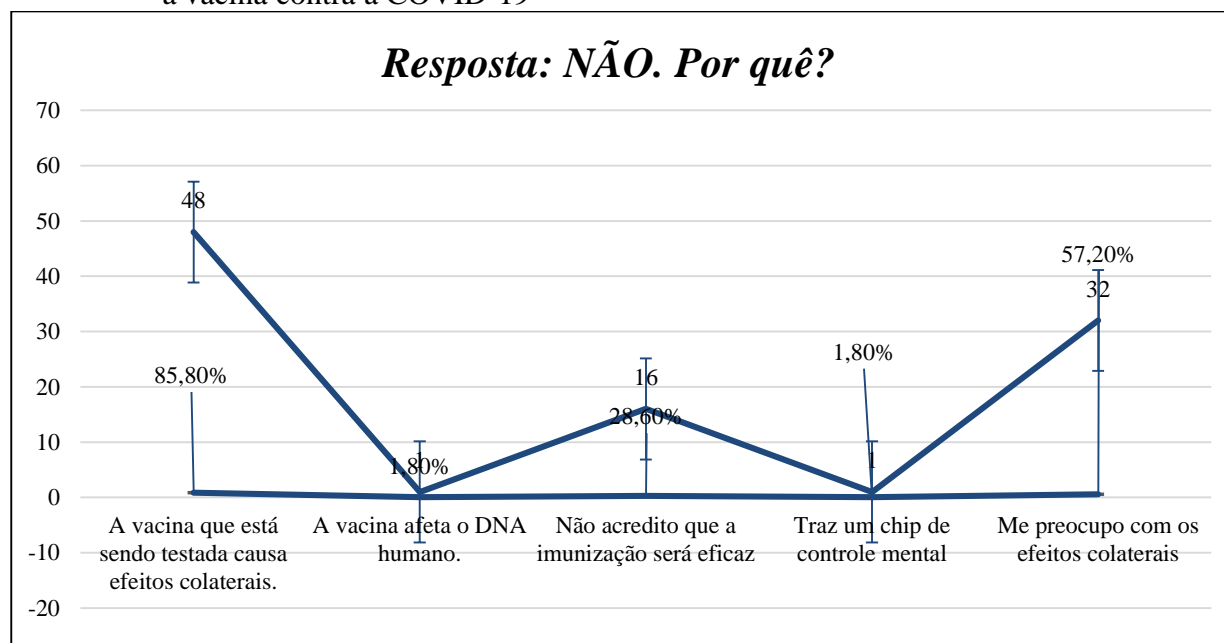
Gráfico 1 – Razões dos respondentes que afirmaram “SIM” quando questionados se tomariam a vacina contra a COVID-19.



Fonte: Dos próprios autores.

Por outro lado, 56 (16,47%) dos respondentes responderam que não tomariam a vacina da COVID-19 dos quais, 32 (57,2%) respostas se referiam à preocupação dos indivíduos quanto aos efeitos colaterais; 48 respostas (85,8%) referiram-se à opção “a vacina que está sendo testada causa efeitos colaterais”, conforme se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Razões dos respondentes que afirmaram “NÃO” quando questionados se tomariam a vacina contra a COVID-19



Fonte: Dos próprios autores.

Ademais, quando questionados se a decisão acima seria influenciada pelo pensamento de seu partido ou candidato político, 98% dos respondentes afirmaram que não, em contrapartida a 2% que afirmaram que sim.

Dos questionários respondidos, a maior adesão foi entre os alunos, com 72,3%, seguida pelos professores com 19,7% e funcionários com 7,8%. Apenas 29% dos questionários foram respondidos por homens. Nesse sentido, percentualmente, a comunidade acadêmica do UNIFUNEC irá aderir à imunização provocada pela vacina, com 81,6%, pela imunização, eficiência e segurança pretendidas.

Dos resultados obtidos, constatou-se que a quantidade de respondentes necessários para tornar o questionário representativo, com nível de confiança 2 e erro aproximado de 5%, seria de 318, tornando a pesquisa efetivamente representativa, de acordo com a análise estatística desenvolvida.

## 5 CONCLUSÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, declarou que o novo coronavírus, como pandemia, acarretaria uma crise de saúde sem precedentes nos últimos 100 anos. Como medidas iniciais, o isolamento social e as intervenções não farmacológicas aliadas a ações individuais e sociais foram utilizadas pelos países na prevenção a não disseminação da doença. Mesmo com tais estratégias, a pandemia se expandiu de forma global, acarretando milhões de mortes no mundo inteiro.

Nesse cenário, considerando a imunização por meio de vacinas como um dos métodos mais eficazes no combate a doenças infecciosas, inúmeros esforços foram envidados para que uma vacina eficaz fosse disponibilizada às populações. Paradoxalmente ao clamor social por uma vacina contra a COVID-19, discursos antivacinação tornaram-se comuns e presentes nas sociedades, especialmente, por conta da expansão de informações falsas nos meios sociais de comunicação, tornando a adesão à vacinação um problema a ser discutido.

Mediante a necessidade de aprofundar a discussão sobre a adesão da população a esta medida preventiva, o presente artigo atendeu o seu objetivo principal, tendo analisado a adesão da comunidade acadêmica do UNIFUNEC (professores, alunos e funcionários de todos os níveis) à vacinação contra o novo coronavírus por meio do método quantitativo evidenciado por um questionário construído no GOOGLE FORMS, a fim de identificar se esses indivíduos tomariam a vacina ou não, apontando as respectivas razões.

Foi respondido um total de 340 questionários, dos quais, 220 eram alunos, 24 funcionários e 60 professores, coordenadores e reitoria do UNIFUNEC. Destes, 215 eram do sexo feminino em contrapartida a 89 do sexo masculino, com uma média de idade de 29,5 anos, tendo em vista 64% da população do estudo possuir entre 18 e 27 anos.

Da análise dos dados dos questionários, conclui-se que, percentualmente, a comunidade acadêmica do UNIFUNEC irá aderir à imunização provocada pela vacina, com 81,6%, pela imunização, eficiência e segurança pretendidas.

Refuta-se, ainda, que a quantidade de respondentes necessários para tornar o questionário representativo, com nível de confiança 2 e erro aproximado de 5%, seria de 318, tornando a pesquisa efetivamente representativa, de acordo com a análise estatística desenvolvida.

## REFERÊNCIAS

- 1 WHO - World Health Organization [homepage na internet] Statement on the second meeting of the International Health Regulations. Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV). Geneva, Switzerland 2020. [acesso em 01 fev. 2021]. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))
- 2 WHO - World Health Organization [homepage na internet] Novel coronavirus (2019-nCoV): situation report - 22. Geneva, Switzerland 2020. [acesso em 01 fev. 2021]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/330991>
- 3 Freitas A.R.R., Napimoga M., Donalisio M.R. Assessing the severity of COVID-19. *Epidemiol. Serv. Saúde* [Internet]. 2020;29(2):e2020119. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742020000200008>
- 4 OMS - Organização Mundial de Saúde. OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde [homepage na internet] Folha Informativa sobre COVID-19. [acesso em 01 fev. 2021]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>
- 5 Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz [homepage na internet] Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. [acesso em 01 fev. 2021]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>
- 6 Freitas F.G., Magnabosco A.L., Bandeira A.C. A pandemia do COVID-19 e seus impactos na economia mundial brasileira. *Confederação Nacional de Serviços*. 2020. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjE\\_pmf-pfxAhWKqpUCHf5FAjoQFjAAegQIAxAD&url=http%3A%2F%2Fwww.cnservicos.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F03%2FImpactos-economicos-do-Covid-19-v11.pdf&usg=AOvVaw3ZY4MYuP513Q-CkeuGAhac](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjE_pmf-pfxAhWKqpUCHf5FAjoQFjAAegQIAxAD&url=http%3A%2F%2Fwww.cnservicos.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F03%2FImpactos-economicos-do-Covid-19-v11.pdf&usg=AOvVaw3ZY4MYuP513Q-CkeuGAhac)

- 7 Agência IBGE Notícias. [homepage na internet]. PNAD COVID19: 9,7 milhões de trabalhadores ficaram sem remuneração em maio. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28039-pnad-covid19-9-7-milhoes-de-trabalhadores-ficaram-sem-remuneracao-em-maio>
- 8 Brooks S.K, Webster R.K, Smith L.E, Woodland L, Wessely S, Greenberg N, Rubin J.G. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet* [Internet]. 2020;395(10227):912-920. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)
- 9 Ornell F, Halpern SC, Kessler FHP, Narvaez JCdeM. The impact of the COVID-19 pandemic on the mental health of healthcare professionals. *Cadernos de Saúde Pública* [Internet]. 2020;36(4):e00063520. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00063520>.
- 10 Croda JHR, Garcia LP. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [internet]. 2020;29(1):e2020002. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000100021>
- 11 Garcia LP, Duarte E. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [internet]. 2020;29(2):e2020222. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200009>
- 12 Qualls N, Levitt A, Kanade N, Wright-Jegede N, Dopson S, Biggerstaff M, Reed C, Uzicanin A; CDC Community Mitigation Guidelines Work Group. Community Mitigation Guidelines to Prevent Pandemic Influenza - United States, 2017. *MMWR Recomm Rep*. [Internet]. 2017;66(1):1-34. PMID: 28426646; PMCID: PMC5837128. Disponível em: <https://doi.org/10.15585/mmwr.rr6601a1>
- 13 Anderson RM, Heesterbeek H, Klinkenberg D, Hollingsworth TD. How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *Lancet*. [Internet]. 2020;395(10228):931-934. PMID: 32164834; PMCID: PMC7158572. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30567-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30567-5)
- 14 CDC. Center for Disease Control and Prevention (USA) [homepage na internet]. Implementation of mitigation strategies for communities with local Covid-19 transmission. [Washington, D.C.]: Center for Disease Control and Prevention; 2019. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/community/community-mitigation.html>
- 15 Matos CCdeSA, Barbieri CLA, Couto MT. Covid-19 and its impact on immunization programs: reflections from Brazil. *Revista de Saúde Pública* [internet]. 2020;54:p.114. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054003042>
- 16 Roteli-Martins C.M, Teixeira JC. Compulsory Vaccination: The Limit between Public and Private. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia* [internet]. 2020;42(12):785-786. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0040-1722214>

- 17 Domingues CMAS. Challenges for implementation of the COVID-19 vaccination campaign in Brazil. *Cad Saúde Pública* [Internet] 2021;37(1):e00344620. PMID: 33440416. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00344620>
- 18 Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz [homepage na internet] A revolta da vacina. 2005. [acesso em 02 fev. 2021]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2>
- 19 Santos P, Hespanhol A. Recusa vacinal – o ponto de vista ético *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar* [Internet]. 2013;29(5):328-333. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.32385/rpmgf.v29i5.11167>
- 20 GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- 21 Gerhardt TE, Silveira DT. Métodos de pesquisa. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.
- 22 Terence ACF, Escrivão Filho E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais [Internet]. *Anais*. 2006; Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006\\_TR540368\\_8017.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf)
- 23 Fonseca JJS. Metodologia da Pesquisa Científica. Fortaleza: UEC, 2002.
- 24 Carneiro JMT, Dib LAdAR. O Uso da Internet em Surveys: Oportunidades e Desafios. *RAEP* [Internet]. 2011;12(4):641-70. Disponível em: <https://doi.org/10.13058/raep.2011.v12n4.146>
- 25 Marconi MA, Lakatos EM. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.